

JOSÉ MARIA JARDIM

Por:

JULIO CESAR CARDOSO

juliocesarcardoso@terra.com.br

Mestre em Ciência da Informação e Arquivista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

José Maria Jardim nasceu em Niterói, Rio de Janeiro. É formado em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF. É Mestre e Doutor em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO-UFRJ. Atualmente, é professor do curso de graduação em Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação da UFF e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do convênio IBICT/UFF. É autor de diversas obras ligadas ao estudo da Ciência da Informação e da Arquivologia, entre elas os livros *Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil* e *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil*, ambos publicados pela Editora da UFF, além de inúmeros artigos e comunicações em congressos nacionais e internacionais. Na tarde do dia 16 de dezembro de 2005, José Maria Jardim concedeu esta entrevista, onde abordou com a costumeira lucidez diversos temas relevantes ligados à Arquivologia e a Ciência da Informação. Uma oportunidade para que o leitor conheça um pouco mais o pensamento e o trabalho de um dos pensadores de maior prestígio da Arquivologia brasileira

JULIO – Prof. José Maria, obrigado por ter aceito falar conosco. Para começar, fale-nos um pouco sobre sua trajetória. Como o Senhor chegou até a Arquivologia?

JOSÉ MARIA – Primeiramente, gostaria de agradecer o convite. Acho que vocês estão desenvolvendo uma iniciativa muito interessante para a Arquivologia no Brasil ao produzirem um periódico com a qualidade que pressupõe uma atividade desse porte. A iniciativa de criação de mais um espaço de veiculação de produção de conhecimento na Arquivologia é extremamente bem-vinda. Espero que o projeto se consolide cada vez mais e a revista ganhe a dimensão que certamente vocês pretendem. Já manifestei isso anteriormente, mas aproveito esta oportunidade para reiterar meus votos de que a revista, contando com a colaboração de vários profissionais da área, amplie cada vez mais o espaço que ela pode e deve ocupar.

JULIO – Obrigado Prof. José Maria pelas palavras. Eu agradeço aqui representando a todos que trabalham para o crescimento da Arquivística.net.

JOSÉ MARIA – Sobre a sua pergunta, a minha trajetória começa na graduação. Cursei História na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 1975 a 1978. Era um momento no qual os cursos de Arquivologia estavam nascendo e sequer havia uma certa visibilidade da profissão e da área. Se hoje a questão da visibilidade é muito discutida, naquele período, há 30 anos atrás, era muito mais problemático. O curso de Arquivologia da UFF viria a ser criado mais tarde, em 1978. Naquela fase o meu olhar era para a área de História, ainda pouco voltado para Arquivologia. Descobri a Arquivologia no decorrer do meu curso de graduação por duas razões. Fui contemplado com uma bolsa da própria Universidade para trabalhar no Núcleo de Documentação. Comecei a trabalhar com documentação – não era documentação arquivística - mas ali já fui despertado para as possibilidades nessa área. Simultaneamente, comecei a atuar também como bolsista do Prof. José Honório Rodrigues, que tinha sido um grande Diretor do Arquivo Nacional. Pelas mãos do Prof. José Honório, comecei a freqüentar ao Arquivo Nacional para levantar fontes para a pesquisa que ele desenvolvia. Logo em seguida, fui trabalhar no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse período da graduação, meu envolvimento com a área da documentação arquivística começou a ganhar contornos mais nítidos. Era um momento no qual, dentro da historiografia brasileira, apesar do período de ditadura - e talvez até por isso mesmo - os historiadores intensificaram a discussão sobre as questões relativas às fontes para o trabalho do historiográfico no Brasil. É bom lembrar que os Congressos de Arquivologia que comecei a freqüentar quando ainda era estudante de graduação em História, também me ajudaram muito nessa trajetória. Terminando a graduação, estava muito motivado para atuar na área e coincidentemente surgiram possibilidades. Nos anos 70, profissionais graduados em História e com alguma experiência em arquivos não eram freqüentes. Fiz um curso na Fundação Getúlio Vargas na área de Arquivologia e, logo em seguida, a pós-graduação no IBICT. Cursei a Especialização em Documentação Científica. Surgiu uma oportunidade de trabalho nos arquivos de uma grande editora de São Paulo no mesmo período em que fui convidado para participar do projeto de modernização do Arquivo Nacional. Optei pelo convite do Arquivo Nacional.

JULIO – Isso foi no período que você estava se especializando?

JOSÉ MARIA – Eu já tinha terminado minha especialização. Já tinha um currículo razoável, apesar de jovem e recém graduado. Aí surgiu a oportunidade no Arquivo Nacional no início dos anos 80. Fiquei por lá dez anos. A experiência foi absolutamente única e marcante. Penso que todos que tiveram a oportunidade de passar por aquele processo aprenderam muito. De alguma maneira, a agenda que o Arquivo Nacional sugere hoje como instituição tem suas raízes exatamente naquele período e no que resultou dessa vasta experiência. Tive o privilégio de participar daquele momento e fui muito favorecido também porque havia uma preocupação da Direção-Geral do Arquivo Nacional em criar uma massa crítica para o projeto de modernização da instituição. Por conta disso, tive a oportunidade de desenvolver a minha formação fora do Brasil através de estágios, congressos, participação em comitês internacionais, etc. Isso me levou a uma paixão e a uma inserção na área que eu jamais havia imaginado. Em um segundo momento da minha vida profissional, no início dos anos 90, optei pela Universidade, visto que eu considerava que deveria encerrar um ciclo e buscar novos desafios profissionais. Minha perspectiva profissional foi mais direcionada para o ensino e a pesquisa. O tempo da pesquisa acadêmica é diferente do tempo da gestão de organizações. São processos produtivos distintos. Eu queria vivenciar essa outra dimensão. Enfim, tudo coincidiu porque na mesma semana que eu fiz concurso para a Universidade,

particpei da seleção para o mestrado . A experiência da pós-graduação foi muito rica, apesar das limitações que o mestrado em Ciência da Informação oferecia naquele momento para quem desejasse uma verticalização de inquietações em torno da informação arquivística. Mais uma vez eu fui beneficiado pelas circunstâncias. A informação arquivística não estava inserida naquele momento nas preocupações do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, mas havia uma disponibilidade intelectual dos pesquisadores do IBICT. Isso foi importante, assim como a circunstância que me permitiu reencontrar uma ex-colega do Arquivo Nacional com a qual eu partilhei diversos momentos, a Profa. Odila Fonseca. Foi muito interessante começar a vivenciar essa nova etapa na vida acadêmica. Logo em seguida, fiz o meu doutorado e daí surgiram produtos e questões novas que pareceram-me muito interessantes para a minha atuação no campo arquivístico. Acredito que meu percurso no mundo acadêmico é até hoje muito irrigado pela minha experiência anterior, do Núcleo de Documentação da UFF ao Arquivo Nacional. Por isso mesmo, nunca me deixei levar por um certo isolamento que, em alguns casos, pode ocorrer na vida acadêmica. A construção de uma Arquivologia dinâmica e provocativa que pode brotar - e vem brotando - no espaço da universidade no Brasil e no exterior era algo a ser construído. Eu queria participar disso. Eu sentia uma inquietação, uma insatisfação com as poucas pesquisas na nossa área no Brasil. Penso que nesses 13 anos avançamos bastante. Há ainda um longo caminho pela frente, mas avançamos porque a Arquivologia foi levada a se modificar em função de novos modos de produção e uso da informação arquivística e também pela disponibilidade intelectual, política e profissional de seus diversos profissionais. É muito bom fazer parte desse processo hoje, tanto quanto foi riquíssimo nos anos 80 e início dos 90 ter vivenciado a experiência no Arquivo Nacional.

JULIO – Ouvindo você falar eu lembrei de alguns artigos clássicos que marcaram esse período. Por exemplo, um artigo publicado na Revista Acervo sobre Gestão de Documentos, quase que apresentando a Gestão de Documentos naquele modelo clássico, inclusive o artigo é muito utilizado em concursos públicos. Esse trabalho marca o período em que você estava mergulhado numa atuação mais voltada para um modelo de gestão do Arquivo Nacional como órgão central de um sistema de arquivos. Em um outro artigo você busca os limites entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, a ligação entre esses campos do conhecimento (...)

JOSÉ MARIA – Esse artigo foi com a Maria Odila...

JULIO – Sim, com Maria Odila. Foi uma busca por uma compreensão do terreno em que você estava pisando. Mais recentemente, o seu livro, a sua tese, onde um passo é dado adiante dentro da teoria, com os conceitos de transparência e opacidade. Portanto, não sei se estou equivocado, mas essas três obras marcam essa trajetória.

JOSÉ MARIA – Faz sentido. O seu olhar é pertinente. São três trabalhos que resultam de momentos de muita inquietação. No primeiro caso, uma inquietação no sentido de compreendermos teoricamente a gestão de documentos. Eu tinha acabado de chegar do Canadá, onde fui fazer em 1985 um estágio na área de gestão de documentos do Arquivo Nacional. Eu lembro inclusive, ao chegar, de dizer para a Diretora do Arquivo Nacional que nós não tínhamos que ter, na estrutura organizacional do Arquivo Nacional, uma Divisão de Arquivos Intermediários e sim uma Diretoria de Gestão de Documentos. Logo em seguida nós criamos, no Arquivo Nacional, a primeira área de gestão de documentos em uma

instituição arquivística no Brasil. O conceito ficou mais claro para todos nós. De alguma maneira, esse primeiro artigo que você citou - que já tem uns 20 anos - reflete isso. Reflete também uma inquietação política contida então na seguinte pergunta: que gestão de documentos, tão referida teoricamente e na prática a outras realidades, nós podemos implementar numa realidade como a brasileira? Estava claro naquele momento que não era uma questão de simplesmente importar os manuais de gestão de documentos do Canadá e dos Estados Unidos e utilizá-los aqui. Àquela altura, o que me levou posteriormente à Universidade já estava sendo produzido internamente porque esse tipo de pergunta nos direciona inevitavelmente para a pesquisa. É preciso produzir conhecimento específico para isso. No caso do artigo com a Maria Odila, o trabalho resultou do nosso encontro no Mestrado em Ciência da Informação. A questão era como nós, então preocupados com a informação arquivística e tendo a Arquivologia como referência, poderíamos transitar no campo da uma Ciência da Informação. Apesar de a interdisciplinaridade ser um discurso muito caro à Ciência da Informação, era evidente que os arquivos praticamente não constavam às preocupações dessa área. Até que ponto essa interdisciplinaridade naquele momento se configurava como espaço a partir do qual efetivamente seríamos capazes de produzir conhecimento arquivístico? Por outro lado, até que ponto a Arquivologia, que dialoga com outras áreas, mantinha um diálogo com a Ciência da Informação? Esse artigo foi publicado primeiramente em Portugal. Isso foi interessante porque gerou uma interlocução com o Professor Malheiro, antes da publicação do seu livro com Fernanda Ribeiro, Júlio Sousa Ramos e Manuel Luís Real. Antes do livro "Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação" ser publicado, o professor Malheiro enviou-me os originais porque ele e seus colegas haviam lido o artigo que escrevi com Maria Odila, posteriormente publicado no Brasil. Entre outros resultados positivos, houve a construção de uma interlocução com esses colegas e outros especificamente da Ciência da Informação. É muito interessante como a Maria Odila se confronta novamente com essa questão, doze anos depois, na sua tese de doutorado, publicada com o título "Arquivística e Ciência da Informação". O terceiro trabalho que você fala (...)

JULIO – É um aprofundamento político....

JOSÉ MARIA – Sim, mas também uma indagação teórica. A condição periférica dos arquivos públicos no Estado e na sociedade brasileiros foi sempre uma questão para mim, não apenas como gestor de instituições arquivísticas, mas também como pesquisador. A tentativa de compreender melhor essa questão, a partir do reconhecimento de determinados modos de relação entre a produção da informação, o exercício do poder e a invisibilidade dos arquivos levou a essa indagação no meu doutorado. A tese daí resultante culminou com a publicação do livro "Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental". Essa inquietude se desdobrou nas pesquisas que desenvolvo hoje sobre esse tema. No momento, focado na temática das políticas públicas de informação, estou voltado especificamente para o governo eletrônico nas suas faces macro-política e micro-informacional, porém observando também a dimensão arquivística do Governo Eletrônico.

JULIO – É a aplicação da pesquisa?

JOSÉ MARIA – Na verdade é a minha prioridade hoje em termos de pesquisa. Isso se reflete, é claro, no ensino. Busco visualizar a produção e o desenvolvimento de políticas públicas de informação. No momento, dentro dessa ampla temática, tenho pesquisado o Governo

Eletrônico no Brasil, sua configuração em termos político-organizacionais, enfatizando o governo federal, mas não se restringindo a essa esfera ou à configuração teórica predominante sobre o tema. Afinal, que noção é essa de Governo Eletrônico que tomou proporções tão amplas? Como essa noção vem se estruturando dentro e fora do Brasil? Uma terceira dimensão que busco compreender é a dos dispositivos informacionais que derivam, no caso brasileiro, do Governo Eletrônico como política de informação. São questões que envolvem o acesso do cidadão à informação governamental, as estruturas de informação que estão inseridas dentro do projeto, aquelas que ficam na periferia do projeto, as escolhas que são feitas politicamente e no plano técnico-científico. É importante notar ainda que boa parte da informação que “irriga” o Governo Eletrônico é informação arquivística, embora dentro e fora do Brasil essa questão não seja nítida para os formuladores e gestores de programas de Governo Eletrônico.

JULIO – E a respeito do livro verde?

JOSÉ MARIA – O Livro Verde se tornou caduco politicamente porque é parte do Programa Sociedade da Informação que não deslanchou. O Livro Verde deveria antecipar o livro branco. Mas nunca foi além. Na verdade, já no final do governo de FH (Fernando Henrique Cardoso), a ênfase mais nítida em termos de política de informação passou a ser no Governo Eletrônico.

JULIO - Toda a informação arquivística no governo eletrônico me fez lembrar que isso abre a possibilidade da formação do aluno para estar apto a trabalhar nesse campo. Como você observa esse aspecto educativo?

JOSÉ MARIA - Eu acho que não é possível analisar a dimensão educativa da Arquivologia sem considerarmos o percurso, dentro e fora do Brasil, da Arquivologia como campo do conhecimento. Essa dimensão educativa em seus diversos níveis de formação - na graduação ou na pós-graduação - é historicamente parte da Arquivologia. Pensarmos a Arquivologia como área científica significa também pensarmos como essa área forma os membros que a produzem e a reproduzem como campo do conhecimento, ou dito de outra maneira, como são formados os membros dessa comunidade profissional. Neste sentido, é importante levarmos em conta que não existe um padrão universal de formação de arquivista, tanto quanto não existe uma definição universal do que é um arquivista. Se pretendemos refletir sobre a formação dos arquivistas hoje, a dimensão educativa da Arquivologia merece ser analisada historicamente e à luz das transformações que a área vivencia atualmente. Não é possível desassociar a história da Arquivologia da maneira pela qual ela forma os seus profissionais. Não é possível desassociar esse aspecto educativo da forma pela qual a formação profissional do arquivista se insere no conjunto das atuais transformações da Arquivologia. Essas transformações são de uma velocidade muito maior que as alterações anteriores da Arquivologia. Por isso, uma grande questão atual na formação do arquivista - e aí me refiro ao modelo brasileiro - é dar conta dessa velocidade. Sabemos, porém, que a tendência é sempre haver um hiato entre a literatura mais atualizada que possamos oferecer a esse aluno de formação, especialmente na graduação, e a demanda mais imediata que ele tende a receber em termos da sua atuação profissional. O grande desafio hoje, ao tentarmos educar alguém para exercer qualquer área do conhecimento - não apenas na Arquivologia - é o de formarmos profissionais disponíveis intelectualmente para manterem-se constantemente atualizados. Por isso, mais do que nunca, o projeto pedagógico tem que

estar direcionado para a formação de um profissional com senso crítico, com capacidade de aprender constantemente. Eu incluiria neste processo a pós-graduação. As “novas” exigências de formação de arquivistas são distintas de um padrão que esteve em vigor até muito recentemente, um padrão relacionado sobretudo a uma Arquivologia de manuais. Ou seja, as perguntas estavam, de certa forma, prontas e mapeadas e as respostas, de maneira geral, também. A transição para um novo padrão de formação de arquivistas ainda não está consolidada. Estou falando em termos gerais e não apenas sobre o Brasil. Por isso mesmo, mais do que nunca o ensino na área necessita aproximar-se - e vem se aproximando aos poucos - da pesquisa. O binômio ensino/pesquisa é cada vez mais fundamental para a Arquivologia. Nesse sentido, nós temos um cenário que também é inovador, no qual a universidade atua não só como lócus de formação de profissionais, mas também de produção do conhecimento. Isso é inovador na medida em que a Arquivologia é um saber de Estado. É filha do Estado do século XIX. Durante muito tempo da sua história, a produção do conhecimento resultava das experiências, das buscas, da necessidade de soluções, especialmente para as instituições arquivísticas públicas e dos serviços arquivísticos do Estado. No caso do Brasil, muito recentemente, dos serviços arquivísticos do setor privado. O modelo, historicamente falando, de produção de conhecimento arquivístico foi esse. E, de certa forma, ainda é. O fato é que, dos anos 90 para cá, a universidade passou a ter uma atuação nova. Não acredito que isto, no caso do Brasil, seja ainda satisfatório, mas penso que se avançou bastante nessa direção.

JULIO - Uma coisa que sempre me inquieta um pouco... Você falou da presença do arquivista no setor privado. Hoje se fala muito em solução, né? Essa é a palavra mais usada no setor privado... Quando você vai a uma feira como a INFOIMAGEM, feira de GED – Gestão eletrônica de documentos, você ouve o tempo todo se falar em “soluções” e “ferramentas”. Quando eu vou a uma feira dessas eu vejo a Arquivologia lá, do começo ao fim, mas o profissional arquivista está ausente na feira e nas discussões. Como para você o arquivista vai chegar nisso aí? Existe, é claro, o “gap” a qual você se referiu, mas isso não está ligado a ao fato do arquivista querer se fechar, de você querer buscar a legitimidade da profissão através das questões de classe? De você querer fechar num Conselho Federal, de querer definir, amarrar o profissional dentro de certos limites e por isso mesmo a gente se vê ali preso em um determinado objeto que não é definido epistemologicamente e sim através da experiência prática com os arquivos ao longo do tempo? Quer dizer, determina-se que o arquivista vai trabalhar de um modo que o afasta das novas possibilidades de atuação junto ao crescimento dos recursos tecnológicos, que o afasta das “soluções”. Eu queria ligar a questão da educação no mercado com a questão de classe, do fechamento, da criação de um Conselho... Isso dá muita conversa, não é mesmo?

JOSÉ MARIA - Dá, certamente. E essa conversa pode adquirir rumos diferenciados, se pensarmos em termos da situação específica brasileira ou se abordarmos o problema considerando o trajeto da área e dos seus profissionais países de capitalismo central. É nesses países que encontramos o pensamento fundador da Arquivologia e o pensamento hegemônico da área hoje. Se nós pensarmos em termos da realidade brasileira, é importante levarmos em conta que a configuração institucional da área no Brasil é muito recente, considerando o início dos cursos de Arquivologia, a regulamentação da profissão, etc. Tudo isso vem dos anos 70. Historicamente, é muito recente! Há alguns anos fiz uma pesquisa sobre a quantidade de profissionais que haviam se formado ao longo - se não estou equivocado - de 20 anos do curso de Arquivologia. Fiz um levantamento junto aos cursos de Arquivologia. Não tenho aqui os dados precisos, mas foi uma projeção em torno de 3000/3500 profissionais formados nesses primeiros vinte anos. Digamos, da maneira mais

otimista, que nós tenhamos hoje o dobro disso. O que são 7000 ou 14 mil profissionais graduados em Arquivologia, num país desse tamanho? A questão da visibilidade social da profissão de arquivista passa por uma qualidade de exercício profissional, mas também por uma certa quantidade de profissionais, cursos, associações, congressos, revistas, etc. Acho que há uma série de iniciativas, absolutamente compreensíveis, no sentido, de, três décadas depois, o arquivista, individual e coletivamente, buscar a sua auto-afirmação profissional, a sua visibilidade social. Entendo e considero pertinente a busca pelos Conselhos, por exemplo. No entanto, creio que seria uma ingenuidade considerarmos que um Conselho Federal vá garantir reserva de mercado. O mercado é muito mais perverso do que essa lógica regulamentadora, sobretudo quando estamos falando de um mercado de um capitalismo selvagem. Esse mercado encontra, nesse contexto, as soluções que lhe pareçam as mais convenientes, sob a chamada “lógica de mercado”, para categorizar, inserir ou excluir profissionais com esse ou aquele perfil. Por isso, acho que a formação profissional deve considerar evidentemente o mercado de trabalho, mas não pode estar referida a um imperativo de mercado. Seria algo absolutamente medíocre e redutor. É preciso formar um arquivista que seja um cidadão crítico. Crítico em relação à sua profissão, ao seu tempo, à sua inserção social. Às vezes, em um determinado evento que não é explicitamente do campo arquivístico - mas no qual você vê claramente a Arquivologia e a informação arquivística do começo ao fim sob um outro título ou classificação - o arquivista não está presente. Há muitos espaços a serem ocupados pelo arquivista. Esse é um quadro que resulta de uma circunstância histórica e que tende a se modificar. A situação já foi mais grave no Brasil. A maior inserção do arquivista e a sua maior visualização, dentro de uma situação como essa é um processo que tende a se desenvolver – não vamos cair em um evolucionismo e nem num determinismo – à medida que haja um setor profissional qualificado para as diversas possibilidades que exigem hoje a gestão da informação. Por maior que seja - ou que possa vir a ser - a inserção do arquivista e do conhecimento arquivístico nas práticas contemporâneas de gestão da informação, isso não significa necessariamente uma espécie de monopólio profissional. Nenhuma categoria dos chamados profissionais da informação pode pretender esse monopólio no mapeamento de questões, na busca por soluções, na construção de ferramentas para a gestão da informação. Acho que essa visão – sedutora num discurso corporativista redutor - é ingênua, não apenas do ponto de vista epistemológico, mas das práticas informacionais emergentes. Por isso mesmo, é importante que coletivamente os profissionais de Arquivologia tenham uma agenda política e acadêmica que projete cada vez mais a especificidade do seu campo profissional e seus diversos atores no universo do mercado, do Estado, da sociedade como um todo. Um bom arquivista hoje tem que dar conta da complexa especificidade da Arquivologia, mas exercita seu ofício tendo também conhecimento de outros saberes afins. Isso significa profissionais - voltamos à mesma questão - mais habilitados, mais capacitados para estabelecer perguntas pertinentes e encontrar os caminhos que favoreçam o levantamento ou a busca adequada de soluções que são cada vez mais efêmeras, que se dão numa velocidade cada vez mais rápida. Decididamente – e isso é ótimo – não se fazem mais arquivista como antigamente.

JULIO - Você vê também dificuldade do arquivista. Vamos falar do arquivista saindo da universidade, que tem a experiência do estágio, a dificuldade de visualizar, “o que eu vou trabalhar exatamente”. Acho que talvez tenha uma idéia mais clara do lugar, dos lugares os lugares que são os arquivos. Mas esses lugares que a gente acaba construindo socialmente, o lugar que têm estantes, que têm caixas, que têm os instrumentos de gestão. E quando não aparecem a estante, o instrumento de gestão convencional, o plano de classificação e a tabela de temporalidade? Existe uma dificuldade de o arquivista achar o seu lugar dentro do campo informacional, do universo informacional onde temos que dialogar com outros profissionais como bibliotecários, analistas de informação...

JOSE MARIA - Eu penso que quando essa dificuldade existe, está muito relacionada à formação. O mínimo que a formação tem que garantir, ao futuro profissional, é a capacidade dele reconhecer esse universo em transformação, no qual ele atuará e que, a essa altura, está longe de ser esse apenas um local físico. O arquivista gerencia um processo. É um processo informacional com características específicas, mas não isoladas de um contexto mais amplo no qual se dão tantas transformações na produção e uso de informações. Boa parte das eventuais dificuldades em gerenciar esse processo tem a ver com a formação do arquivista. Não se trata de esperar que a formação ofereça essa visão de maneira consolidada, mas sim que reconheça a complexidade que hoje é o universo da informação arquivística e favoreça profissionais qualificados para esses novos cenários. Nós atuamos em uma área que ainda é muito prescritiva, muito normativa. Nós somos muito competentes para discutirmos normas, para criarmos normas. As normas são necessárias, padrões são cada vez mais necessários, mas os padrões e as normas têm como antecedente muita reflexão, muita indagação. E após à sua aplicação, também. Nós temos historicamente uma tendência a privilegiarmos a norma em si. A Arquivologia hoje tem a norma como algo imprescindível, mas não sobrevive como campo científico sob o império da norma, ou seja, é preciso trabalhar com os desvios também. E é isso inclusive que pode levar à revisão, ao aprofundamento, à construção de novas normas. Penso que é muito mais rico ser arquivista hoje. A área oferece muito mais possibilidades do que há 15 anos atrás. Transformar isso no ato pedagógico mais adequado, em que nós possamos conciliar a dimensão prescritiva que a área tem historicamente, com a dimensão cada vez mais necessária que é a da indagação, não é simples. É difícil, sobretudo, quando temos que desenvolver isso em condições nas quais muitas vezes o aluno traz um déficit educacional muito forte. Por exemplo, muitas vezes para explicar questões arquivísticas do Estado brasileiro, o professor tem que ir a uma dimensão muito anterior a isso. Tem que introduzir os conceitos de Estado, nação, governo, etc. Supostamente, o aluno da Universidade deveria dominar isso desde o 2º. Grau. A educação recebida anteriormente deveria tê-lo preparado para isso, mas na maioria das situações não o fez. Claro que isso não é um problema só da área de Arquivologia, mas na nossa área essa situação é cada vez mais complexa. E o modelo de formação sob o qual atuamos ainda está mais referido a uma Arquivologia prescritiva, dos manuais, do que a uma Arquivologia da indagação, da investigação. Isso faz com que, a meu ver, em muitas situações, ao terminar o seu curso, o aluno não tenha uma visão suficientemente clara do seu universo de atuação profissional. Tanto naquilo que esse universo oferece hoje, como naquilo que tem de renovação, naquilo que vem emergindo. O desafio é procurar construir essa perspectiva com o futuro arquivista, deixando-o muito alerta para o fato de que, em diversas situações, a alternativa que ele vai ter em termos de início de percurso profissional, é aquela na qual o mercado solicita menos um arquivista e mais um guardador de papel. Com seu arsenal de conhecimento arquivístico, mas também de administração, de relações públicas, de pedagogia, o arquivista poderá alterar os papéis que muitas vezes o mercado está lhe impondo. Identificar esse universo em transformação constante e atuar nele com qualidade é uma tarefa cada vez mais complexa para o arquivista. Uma formação adequada é absolutamente fundamental para que o futuro arquivista cumpra essa tarefa com desenvoltura.

JULIO - O perfil do aluno tem mudado, não é? Eu estou formado há quase 8 anos... Eu lembro de quando eu entrei na Universidade e via muitos dos meus colegas que já estavam no serviço público, que já tinham uma colocação e estavam buscando progressão funcional. Muitos... E das turmas que vieram depois da minha, percebi cada vez mais jovens. Uma juventude pragmática... Que busca soluções... No curto período em que dei aulas eu

procurava provocar esses alunos pragmáticos tentando mostrar que antes da solução pronta existe todo um processo de reflexão...

JOSÉ MARIA - Na verdade, acho que nós precisamos de mais pesquisas sobre isso. Nós precisamos de mais pesquisas sobre os nossos padrões de formação, sobre os nossos professores, os nossos alunos, nossa profissão, nosso associativismo, sob o risco de, em um dado momento, passarmos a discutir a questão - e acho que isso tende a acontecer - de uma maneira impressionista. Você pode trazer a sua experiência, eu posso trazer a minha, mas nós não podemos, a partir daí, produzir uma determinada generalização, que aponte para um conhecimento sistematizado sobre a área. Na verdade, nós precisamos de mais pesquisas sobre isto no Brasil. A Biblioteconomia, por exemplo, tem produzido trabalhos interessantes a respeito. A professora Odila Fonseca e eu desenvolvemos uma iniciativa de estudos, por exemplo, sobre perfil dos nossos alunos. A professora Ana Celeste Indolfo realizou na UNIRIO com metodologia semelhante. Depois foi desenvolvido na UnB. Em 1999 publicamos uma coletânea por nós organizada, contando com a participação de diversos professores, intitulada "A formação do arquivista no Brasil". Há outros estudos, mas penso que ainda pesquisamos pouco sobre isso. Esse tema certamente merece estar numa agenda de pesquisa que temos a desenvolver na Arquivologia no Brasil.

JULIO - A questão curricular também?

JOSÉ MARIA - O currículo não pode ser analisado de uma maneira restrita. Ele tem que ser relacionado à quantidade e qualidade dos professores, laboratórios, bibliotecas, práticas pedagógicas, perfis de alunos, etc. A alteração de um currículo de forma isolada é fácil. Nós podemos fazer isto em uma tarde. Se pensarmos, porém, no conjunto de dispositivos que favorecem uma melhor formação - ou podem favorecer - isto tudo é agenda de pesquisa. Nós precisamos conhecer mais, avançar mais. Nós precisamos de mais conhecimento, não só sobre quem somos e como estamos na formação, mas também sobre quem somos e como estamos no mercado de trabalho, quem somos e como estamos em termos de produção e difusão do conhecimento. Nós não temos hoje uma produção de conhecimento sistematizada sobre o campo profissional no Brasil.

JULIO - Tudo acaba caindo na questão da pesquisa e nos próprios congressos que nós percebemos poucos relatos de pesquisa. Os encontros têm muitas experiências baseadas em modelos já consolidados, mas pouca pesquisa no sentido de questionar esses modelos. O senhor concorda com isso?

JOSÉ MARIA - O relato de experiência é absolutamente importante, mas ele não pode ser um relato positivista. Essa é a situação clichê, o relato de experiência no qual é exibido um processo de alteração de uma dada situação arquivística. Há fotos que mostram o local físico, como ele tornou-se um local limpo posteriormente, ou como isso se plasmou em uma base de dados de recuperação da informação. Isso é quase um relatório institucional. É o típico relato de experiência. Nós precisamos muito do relato dessa experiência, mas inserido num quadro de indagações teóricas. Precisamos, por exemplo, de uma reflexão sobre a tabela de temporalidade que foi produzida, envolvendo também conceitos e noções que estão inseridos no processo de avaliação. É preciso relatar a experiência mostrando como ela foi transformada com base em opções teóricas e metodológicas e até que ponto essas

opções foram ou não foram satisfatórias. Aí o relatório de experiência propicia um avanço na área.

JULIO – E essas opções teóricas? Elas são de fato opções teóricas? Quais são as opções teóricas dentro da Arquivística?

JOSÉ MARIA – Quando nós estamos falando aqui - eu em Arquivologia e você em Arquivística - nós estamos fazendo uma opção. Sem entrar no mérito de qual é a melhor. Eu não tenho dúvida que a área, por mais prescritiva que possa ser, conta com um conjunto de indagações que nos permite realizar determinadas escolhas. Essas escolhas determinam, por exemplo, a maneira pela qual eu vou desenvolver determinadas práticas. É nesse encontro entre as escolhas teóricas, as práticas e a nossa capacidade de renovar ou redefinir essas escolhas que a Arquivologia é renovada. O campo arquivístico não é alimentado apenas pela produção da pesquisa na universidade, mas também pelo relato qualificado que o arquivista faz num congresso ou publica como artigo num periódico. Nesse sentido, ao menos no Brasil, a nossa cultura científica é extremamente pobre. Os arquivistas, no Brasil, escrevem muito pouco sobre o seu ofício. Não é que não reflitam. Sei que refletem, há qualidade nessas reflexões, mas ainda traduzem pouco essas reflexões em publicações. Isso é um dado concreto. Produzimos conhecimento arquivístico no Brasil, porém aquém das nossas necessidades. Estamos melhorando, mas precisamos avançar mais nessa direção.

JULIO – Há pouca controvérsia, não é?

JOSÉ MARIA – A ausência de um certo grau de controvérsias reflete uma cultura científica ainda frágil. Não há desenvolvimento científico sem indagações e questionamentos. A Arquivologia não é uma religião, você não se converte a ela. Ela não sobrevive, como qualquer área do conhecimento científico, com dogmas. Há talvez, no nosso ambiente profissional, certa inércia do ponto de vista da inquietação teórica que, em alguns casos, não nos permite perceber nem mesmo que há várias opções teóricas que podem e devem ser exercidas no ofício arquivístico. Quanto menos reféns de uma Arquivologia prescritiva, mais teremos claro que há escolhas teóricas e metodológicas a serem produzidas e exercidas. Essa perspectiva tem conseqüências diretas na qualidade da nossa prática profissional, até mesmo na nossa identidade profissional e na tão reclamada visibilidade social. O que não podemos é cairmos no clichê de que há uma Arquivologia teórica e uma Arquivologia prática. Parece-me também equivocada a visão de que há uma Arquivologia que se produz na pesquisa acadêmica e outra que se realiza nos espaços profissionais de trabalho. Ou ainda, a visão de que há, na nossa prática profissional, uma dimensão política que corre em paralelo com uma dimensão técnico-científica. Muitas vezes nós fazemos essas distinções para tentarmos compreendermos melhor certos aspectos, mas na verdade isso tudo está amalgamado e interpenetrado. É muito comum o jovem estudante, entusiasmado com o seu estágio, achar que não precisa assistir a uma aula porque está fazendo um bom estágio e sente-se suficientemente confortável para considerar que aquele curso não é importante. Isso é um equívoco. Por exemplo, um dos conceitos mais complexos que nós temos é o de organicidade. Começar a compreender esse conceito, não é simples para jovem estudante da área. Na verdade, esse não é um conceito chave na área por acaso. A nossa prática no confronto com um conjunto de documentos sem identificação, sem nenhum controle físico intelectual, remete-nos diretamente ao conceito de organicidade. Exercitar esse conceito, complexo e sofisticado, faz toda diferença entre o que é um arquivista e o que é um

guardador de papéis. Um guardador de papéis talvez resolva a organização física desse conjunto de documentos - supondo que sejam documentos físicos - por algum critério como tamanho ou cor. Reconheço que eu estou fazendo uso de um exemplo quase caricato, mas creio ser importante para sinalizar essa questão das escolhas. Claro que não temos uma 'teoria da organicidade', nem várias concepções de organicidade, mas é um conceito bastante complexo, inclusive na sua aplicação num nível operacional. É o caso também da avaliação. Podemos desenvolver escolhas, por exemplo, que apontam para uma dada concepção de avaliação em detrimento de outra. Há uma correlação muito forte entre as noções e conceitos da área - naquilo que ela tem de conflituoso, consolidado ou frágil - e as práticas que desenvolvemos em cada universo organizacional no qual atuamos. Por mais que o arquivista tenha uma experiência acumulada, cada organização é sempre um território de experimentação novo. E em cada novo território, teorias e metodologias são objeto de novas escolhas por parte do arquivista. Isso faz do ofício do arquivista algo muito interessante. Por isso mesmo, quanto menos ele estiver refém da prescrição ou do pacote de soluções previamente estabelecidas, melhor. Não se trata, de modo algum, de ignorar a experiência. Ao contrário, a experiência faz parte do capital profissional do arquivista como acontece com qualquer atividade profissional. A experiência acumulada é, porém, renovada com escolhas teóricas e metodológicas - algumas familiares e outras novas - que o arquivista contemporâneo busca. Cada vez mais é necessário reconhecer as possibilidades dessas escolhas e, em muitos casos, saber revisitar conceitos que estão consolidados desde o século XIX e que hoje devem ser interpretados de outra forma. Desnaturalizar a nossa atividade, contornar a banalização que pode ser mediocrizante é também uma escolha, mas só podemos exercer escolhas de qualidade se tivermos conhecimento sempre renovado.

JULIO - Eu acho que a noção de organicidade, em minha opinião, é a grande contribuição teórica dos arquivistas. É onde outros profissionais da informação não conseguem compreender com profundidade.

JOSÉ MARIA - E, no entanto, esse termo não existe no Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos.

JULIO - Eu vou ler aqui uma pergunta já que estamos na questão epistemológica. Você falou anteriormente no Prof. Malheiro. Ele leu o seu artigo e mandou para você as provas do primeiro livro dele. Eu acho que tem uma coisa que está ocorrendo sempre em qualquer congresso em que o Prof. Malheiro participa, onde há sempre uma controvérsia de corredor, certo alvoroço. O professor Malheiro tem uma postura muito crítica e por vezes até irônica e que causa furor. Eu sempre percebi em você uma postura sempre serena com relação a isso. Eu nunca vi uma discussão mais áspera assim envolvendo o Professor Jardim. Inclusive, eu perdi o debate entre você e o professor Malheiro, ocorrido há pouco tempo atrás. Seria interessante vê-los na mesma mesa, mas, infelizmente, eu não pude assistir. Enfim, eu queria saber o que você pensa sobre o professor Malheiro? Como você vê a proposta dele, e de outros autores portugueses, da Arquivística pós-custodial?

JOSÉ MARIA - É sempre bom lembrar o fato de que a Arquivologia - como qualquer campo do conhecimento - não é um território homogêneo. Nos últimos anos houve uma ampliação da diversidade da área. Refiro-me à diversidade de interpretações sobre a área, sobre o fenômeno informacional arquivístico, à diversidade dos modos de agir em face de situações que anteriormente estavam aparentemente consolidadas, as várias formas de nos inserirmos

na área e nela compartilharmos as suas possibilidades. A Arquivologia hoje é muito mais plural. Talvez possamos, em alguns casos e com cuidado, até falarmos em “Arquivologias”. No entanto, considero um equívoco redutor a tentativa de adjetivar a Arquivologia. Sempre que identificamos a Arquivologia como a Arquivologia Integrada, Sistêmica, Pós-custodial ou Azul, Vermelha, etc., de alguma maneira estamos reduzindo a Arquivologia a uma de suas possíveis interpretações, sobretudo considerando que essas interpretações podem ser resultado de circunstâncias históricas específicas de alguns países. É o caso da chamada Arquivística Integrada e suas raízes na realidade canadense. No que se refere à chamada Arquivística Pós-custodial, visualizo uma hipótese de interpretação instigante, mas ainda longe de ser consolidada do ponto de vista teórico. Como já mencionei, a Arquivologia ainda é muito prescritiva, muito normativa. Esse cenário favorece, em alguns casos, um adesismo intelectual apressado que nem sempre resulta de uma reflexão madura. Muitas vezes aquilo que é uma hipótese pertinente, uma linha de abordagem ainda em construção, torna-se uma espécie de epifania intelectual, inclusive com muita frequência à revelia dos autores dessas interpretações. A chamada Arquivologia Pós-custodial, como lembra a professora Maria Odila no seu livro, é uma interpretação que surge no Canadá, no início dos anos 90, também associada à noção de Arquivologia pós-moderna. Um dos autores mais expressivos dessa corrente é Terry Cook. Essa concepção encontra referência em fenômenos muito interessantes, analisados por diversos autores. Sem excluir o foco tradicional do arquivista sobre o documento físico a ênfase estaria sendo deslocada para o contexto da produção da informação, das suas inter-relações, seu produtor, independente do local físico onde isso ocorre, etc. Alguns autores identificam essa dimensão como uma “etapa pós-custodial” e não necessariamente uma “Arquivologia pós-custodial”. Há uma longa distância entre essas duas noções. Essa etapa pós-custodial encontraria relações com essas novas formas de produção de informação arquivística, especialmente no que se refere aos documentos eletrônicos e os seus impactos. É interessante lembrar que a professora Luciana Duranti tem uma observação a esse respeito quando ela literalmente afirma que “é essencial que os arquivistas não depreciem seu papel como guardiões de documentos em papel, oficialmente reconhecido pelas várias leis nacionais sobre prova documental”. Em debates sobre o papel do arquivista na chamada era da informação, muitas vezes é mencionada a idéia de que os arquivistas precisam se preparar para a era pós-custodial dos arquivos. O pressuposto que está por trás dessa concepção, afirma Duranti, é que “os arquivistas devem transcender o seu papel de custodiadores se desejam sobreviver como profissão no próximo século”, ou seja, no século atual. Mais uma vez, afirma a professora Luciana Duranti, “é o caso de colocar o pensamento acima da matéria. O conceito de custódia arquivística está intrinsecamente ligado à proteção e guarda da prova.” E por aí ela desenvolve a sua reflexão para concluir que “os arquivistas não precisam ter a custódia física dos registros eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger a sua integridade, eles podem fazer isso a distância contanto que detenham autoridade legal para essa função”. Reconhecer esse quadro do ponto de vista teórico e empírico significa afirmar que estamos sob um novo paradigma social, científico, cultural e que como tal temos uma Arquivologia renovada, não no sentido de uma nova Arquivologia, mas de uma Arquivologia que se exerce e se redefine historicamente em bases diferenciadas. Dito de outra maneira, a Arquivologia que responde a esse quadro é a mesma Arquivologia em mutação inerente a uma disciplina científica ou é outra Arquivologia agora adjetivada como pós-custodial? Para mim é mais confortável a primeira hipótese, até porque - volto a afirmar - parece-me sempre redutor quando adjetivamos uma área de conhecimento como Arquivologia Integrada, Pós-custodial, Pós-moderna, Azul, Vermelha ou Amarela. Quando afirmo isso, expresso também uma profunda admiração pelo trabalho dos colegas portugueses já mencionados anteriormente, com os quais eu mantenho contatos profissionais e pessoais há bastante tempo, como o Prof. Armando Malheiro, com a e a Profa. Fernanda Ribeiro. Eu discordo de alguns pontos da concepção teórica desses professores, especificamente no livro "Arquivística: teoria e prática

de uma Ciência da Informação", embora considere uma obra das mais importantes da Arquivologia em anos recentes. Sempre que temos a oportunidade de confrontar nossas convergências e nossas divergências é um debate muito prazeroso. Este ano a professora Odila Fonseca e eu coordenamos, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação UFF-IBICT, um seminário sobre tendências da Arquivologia contemporânea e contamos com a participação do professor Malheiro. Foi um belo momento.

JULIO – A próxima pergunta foi feita pelo colega André Ricardo Luz. Entre outras, a preocupação dele ao formular essa pergunta volta-se para a Informática e a influência da informática na Arquivologia. Como o senhor encara essa questão? O senhor acredita que a multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade é fundamental para o arquivista?

JOSÉ MARIA – Essa influência é mais do que evidente. Como observei anteriormente, o imperativo tecnológico resultante dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação tem influenciado diretamente os modos de produção, armazenagem e uso social da informação arquivística. Dentro desse quadro, creio ser interessante levarmos em conta a diferença entre a influência das tecnologias da informação e a influência da Ciência da Computação enquanto área do conhecimento. Influência não é necessariamente resultado de um projeto interdisciplinar. Neste cenário de novas possibilidades, temos a necessidade de construir efetivamente um trabalho interdisciplinar. Comentamos e falamos muito a respeito, mas nas nossas práticas nem sempre fica muito claro. As influências mútuas, no campo científico, podem e devem ser favorecidas por uma postura interdisciplinar. Uma área pode influenciar ou ser influenciada por outra sem que isso seja efetivamente o resultado de um projeto interdisciplinar. Muitas vezes essa influência provoca, no entanto, a necessidade de um programa de pesquisa interdisciplinar. Penso que podemos avançar bastante nessa direção e reconheço que estamos ampliando esse diálogo entre Arquivologia e a Ciência da Computação. A Arquivologia começa a influenciar também a Ciência da Computação, na medida em que a preocupação pelos conteúdos informacionais passa a ser crescente entre os profissionais das tecnologias da informação. Esse diálogo hoje é muito mais favorável do que há cinco ou sete anos atrás. Outra influência da Arquivologia está no gerenciamento arquivístico do documento eletrônico e na preservação desses documentos eletrônicos.

JULIO – Nós podemos entrar agora no último ponto que fala da pós-graduação. Nós vivemos recentemente um momento marcante e crucial na pós-graduação em Ciência da Informação, que foi a passagem do programa de pós-graduação em Ciência da Informação – em convênio com o IBICT - da UFRJ para UFF. Foi uma longa negociação que acabou por definir para onde o programa iria. Na época, como o senhor avaliou a mudança do programa de pós-graduação em Ciência da Informação para a UFF? O senhor acompanhou todo esse processo como participante ativo?

JOSÉ MARIA – Em minha opinião pessoal, essa mudança tem sido bastante positiva para as duas instituições envolvidas. Por uma série de razões. Nós tínhamos no Departamento de Ciência da Informação da UFF o projeto de um programa de pós-graduação. Esse desejo coincidiu com uma circunstância na qual o programa do IBICT pode encontrar, a meu ver, um ambiente acadêmico e institucional favorável na UFF. Muitos de nós, do Departamento de Ciência da Informação da UFF, nos titulamos nesse programa do IBICT e mantínhamos relações profissionais com vários pesquisadores do programa, inclusive em termos de co-

orientação de trabalhos acadêmicos. É um processo rico porque resulta de um Programa de Ciência da Informação que tem uma história importante no Brasil e na América Latina, além de um pioneirismo na área, somado ao nosso Departamento, que tem um percurso de ensino e pesquisa desde os anos 60. É interessante percebermos o impacto que a Pós-Graduação começa a ter na nossa graduação, à medida que alunos de Biblioteconomia e Arquivologia começam a perceber essa realidade como mais próxima e começam a procurar os professores que atuam na pós-graduação com a perspectiva de irem mais adiante, aprimorarem a sua formação. Isso é muito rico também.

JULIO - Nesse novo cenário e sob a perspectiva da pesquisa, o IBICT se aproxima mais da Arquivologia ou a Arquivologia se aproxima mais do IBICT?

JOSÉ MARIA - Acho que certas pré-condições foram sendo criadas nos últimos anos, a partir da produção de dissertações e teses em Ciência da Informação, voltadas para o fenômeno informacional arquivístico. Isso favoreceu ainda mais a nova configuração desse Programa como possível espaço para acolher pesquisas sobre a informação arquivística. Essa nova configuração apresenta um perfil diferenciado na medida em que novos professores e novas pesquisas foram inseridas e o Programa foi totalmente redesenhado como proposta pedagógico e nas suas linha de pesquisa e. Até o momento, temos reunido elementos que parecem corroborar essa união de esforços. Espero que isso beneficie os profissionais de Arquivologia que buscam a Pós-Graduação na Ciência da Informação. Espero que, ao longo do tempo, dentro do Programa de Ciência da Informação, falando especificamente do ponto de vista do interesse da Arquivologia a possibilidade da interpretação do fenômeno arquivístico ganhe cada vez mais espaço. Isso não é algo absolutamente restrito a esse programa. Em outros programas de pós-graduação no Brasil como a da UFMG e Unb, só para citar alguns, começam a surgir pesquisas com resultados muito interessantes. Por exemplo, dois trabalhos recentes, um do programa Ciência da Informação no Rio de Janeiro e o outro de Brasília. Os trabalhos de Roseli Rondinelli e do Vanderlei Batista dos Santos, que são resultados de projetos de mestrado e que causaram um impacto extremamente positivo. Isso é um exemplo do quanto a pesquisa na área pode realmente frutificar dentro de um programa com essa perspectiva, sem prejuízo a meu ver das iniciativas que possamos vir a ter no futuro de um mestrado em Arquivologia. Por que não? Se de um lado, o território da Pós-Graduação em Ciência da Informação tem sido, no caso brasileiro, favorável à pesquisa em Arquivologia, por outro, não tenho dúvidas que, sem prejuízo dessa construção na Ciência da Informação, temos que projetar a Pós-Graduação voltada para a formação de Mestres e Doutores em Arquivologia.

JULIO - O que você está fazendo no momento? Algum livro, algum outro produto em andamento?

JOSÉ MARIA - Ao terminar minha pesquisa sobre Governo Eletrônico em março de 2006, pretendo executar um novo projeto de pesquisa voltado para o desenho e implantação de políticas públicas de informação no Brasil. A ênfase inicial seria a "política nacional de arquivos", seus projetos, seus contornos teóricos, seus "vazios", ações, atores, limites, impactos, etc. Se as circunstâncias institucionais permitirem, gostaria de contribuir para o avanço da Pós-Graduação em Arquivologia. Há também dissertações e teses de alunos - sobre temas arquivísticos - cuja orientação tem sido muito rica e que deverão, algum delas, vir à luz em 2006.

JULIO – Tem mais alguma coisa que você deseja falar, um recado final?

JOSÉ MARIA - Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade dessa entrevista. Foi um prazer.

JULIO – Nós é que temos muito a agradecer. Obrigado.